

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIOS, CONCEITOS E INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE PROTEÇÃO.. 27

1. Introdução ao Direito da Criança e do Adolescente.....	27
2. Conceitos.....	29
2.1. Sujeitos de direito	29
2.2. Primeira infância.....	30
2.3. Princípios do Direito da Criança e do Adolescente.....	31
2.4. Instrumentos normativos de proteção	34
9. Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção da Haia)	42
3. Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal de 1988.....	44
4. Direitos da Criança e do Adolescente na legislação infraconstitucional	45
4.1. Direitos da criança e do adolescente no estatuto.....	45
4.2. Outras leis atinentes ao direito da criança e do adolescente	45
5. Doutrina da Proteção Integral	46
5.1. Aspectos gerais	46
5.2. Conceito de proteção integral	50
5.3. Evolução da proteção das crianças e adolescentes.....	51
5.4. Princípio da autonomia progressiva.....	53
6. A assistência afetiva e o abandono afetivo	54
6.1. Condutas Ilícitas contra a Criança e o Adolescente	54
6.2. A Assistência Afetiva e o Abandono Afetivo	55
7. Resumo.....	58
8. Questões Comentadas.....	59

CAPÍTULO 2

DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE 65

1. Aspectos Preliminares.....	65
-------------------------------	----

2. Direito à vida e suas dimensões	65
3. Antecipação terapêutica de parto e aborto	66
4. Pesquisas com células-tronco embrionárias	67
5. Direito à saúde e sua efetividade	68
6. Proteção reflexa do infante: direitos da mulher no período de gestação, no parto e no pós-parto	72
7. Direitos do recém-nascido (exames, aleitamento materno, documentação e vacinação)	73
8. Direito de entrega para adoção (parto anônimo)	77
9. Direitos das Crianças com mães em situação de privação de liberdade	78
10. Direitos da Criança e Adolescentes com Deficiência	78
11. Medicamentos, Próteses e Órteses	79
12. Internação e acompanhante	79
13. Recusa de Procedimento de Transfusão de Sangue	80
14. Direito à Liberdade	80
15. Apreensão de Adolescentes sem Flagrante por meio da Operação Verão, na cidade do Rio de Janeiro	81
16. Direito de crianças e adolescentes à opinião e participação, reunião, associação, liberdade de expressão e locomoção	83
17. Direito à Participação na Vida Política	83
18. Direito à Participação Processual	84
19. Direito à Liberdade de Locomoção e Autorizações para viagens	84
20. Direito ao Respeito e Direito à Dignidade	84
21. Abuso, violência e exploração sexual	85
22. Lei Menino Bernardo	87
23. <i>Bullying</i>	88
24. Veiculação e Exploração de Imagens de Crianças e Adolescentes	89
25. Publicidade Infantil	90
26. Proteção e direitos das crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais (Lei nº 10.216/2001)	90
27. Resumo	91
28. Questões	91

CAPÍTULO 3**DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA 103**

1. Introdução	103
2. Função Parental e Poder Familiar	104
3. Parentalidade biológica e socioafetiva	105
4. Multiparentalidade.....	107
5. Capacidade Civil, Emancipação e Casamento de Adolescentes	107
6. Mães adolescentes	108
7. Reconhecimento de filhos	108
8. Alienação Parental.....	109
9. Famílias no Estatuto: natural, substituta, extensa ou ampliada.....	111
10. A lógica da convivência familiar no Estatuto	112
11. Acolhimento e Apadrinhamento	113
12. Guarda.....	115
13. Tutela.....	117
14. Adoção Nacional.....	118
15. Principais características da adoção.....	121
16. Requisitos para adoção	122
17. Impedimentos.....	123
18. Adoção Internacional	123
19. Resumo.....	125
20. Questões	127

CAPÍTULO 4**DIREITOS FUNDAMENTAIS À EDUCAÇÃO E À PROFISSIONALIZAÇÃO 143**

1. Direito à educação	143
2. Educação domiciliar no Brasil	146
3. Direito à cultura, ao esporte e ao lazer.....	146
4. Competência da Vara da Infância e da Juventude	147
5. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	147
6. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	147
7. Medidas de Proteção à Criança e ao Adolescente Contra a Violência nos Estabelecimentos Educacionais ou Similares	148

8. Certidões de Antecedentes Criminais dos Colaboradores	149
9. Comunicação ao conselho tutelar.	150
10. Trabalho infantil, trabalho infantil doméstico e proteção no trabalho.....	150
11. Idade para o trabalho	152
12. Jornada de trabalho do adolescente	154
13. Prazo prescricional para adolescentes	155
14. Possibilidade de recebimento dos salários independentemente de assistência	156
15. Contrato de aprendizagem	156
16. Estágio	158
17. Distinções entre aprendizagem e estágio	159
18. Resumo	160
19. Questões	161

CAPÍTULO 5

NORMAS DE PREVENÇÃO	169
1. Prevenção e Ameaça a Direitos	169
2. Políticas Públicas Voltadas a Coibir o Uso de Castigo Físico e o Tratamento Cruel ou Degradante	169
3. Crianças com Deficiência.....	171
4. Comunicação ao Conselho Tutelar	171
5. Regulação das Diversões e Espetáculos Públicos	172
5.1. Observações preliminares	172
5.2. Novidades introduzidas pela Portaria MJSP nº 1.048/2025.	173
5.2.1. Nova faixa etária: “Não recomendado para menores de 6 anos”	173
5.2.2. Inclusão do critério de “interatividade digital”	173
5.2.3. Extensão expressa às plataformas digitais e aplicativos.....	174
5.2.4. Autoclassificação supervisionada e reclassificação administrativa	174
5.2.5. Consolidação das diretrizes de comunicação pública e transparência..	174
5.2.6. Efeitos jurídicos.....	174
5.2.7. Consequências práticas e processuais	175
6. Venda ou Aluguel de Fitas de Programação em Vídeo	175
7. Revistas e Publicações.....	175
8. Estabelecimentos com Exploração Comercial de Bilhar	176

9. Proibição de venda à criança ou ao adolescente.....	176
10. Hospedagem de criança e adolescente.....	177
11. Autorização para Viajar	177
12. Resumo.....	179
13. Questões	180

CAPÍTULO 6

POLÍTICA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO.....	185
1. Estrutura do Estatuto da Criança e do Adolescente	185
2. O Direito à Assistência Social.....	185
3. Tipificação dos Serviços Assistenciais.....	187
4. A Política de Atendimento	188
4.1. Articulação.....	188
4.2. Linhas de ação	188
4.3. Diretrizes da política de atendimento.....	188
5. Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.....	192
5.1. Diretriz da política de atendimento.....	192
5.2. Natureza do conselho: órgão deliberativo	192
5.3. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	192
5.4. Implementação dos planos de prevenção e combate ao abuso e exploração sexual da criança e do adolescente	194
6. O Fundo dos Conselhos de Direitos.....	194
7. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.....	195
7.1. Política de atendimento	195
7.2. A Resolução nº 113 (retificada pela Resolução nº 117)	195
7.3. Eixos estratégicos de ação	196
8. Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Atendimento realizado por Órgãos e Entidades do Sistema de Garantia de Direitos	197
9. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência	198
9.1. Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018	198
9.2. Público-alvo.....	198
9.3. Classificação da violência	198
9.4. Escuta especializada e o depoimento especial.....	199

10. Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente – Lei Menino Henry Borel	200
10.1. Aspectos iniciais.....	200
10.2. Afastamento do lar do agressor.....	202
10.3. Medidas protetivas de urgência	202
10.4. Atribuições do Conselho Tutelar	203
10.5. Crimes – Aspectos Gerais.....	204
10.6. Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas	204
10.7. Parentalidade positiva e o direito de brincar como estratégias de prevenção à violência doméstica	205
10.8. Polícia não pode exigir que Ministério Público antecipe providências em casos envolvendo crianças e adolescentes.....	206
11. Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	206
11.1. Considerações iniciais	206
11.2. O que é o abuso e a exploração sexual de criança e do adolescente?	207
11.3. Objetivos	208
12. Atendimento à Criança e ao Adolescente com Deficiência.....	209
12.1. Estatuto da pessoa com deficiência.....	209
12.2. A pessoa com deficiência e a constituição de família.....	209
12.3. Adoção de pessoa com deficiência.....	210
12.4. Resolução conjunta nº 1, de 24.10.2018, do CONANDA e do CONADE.....	210
13. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.....	213
13.1. Finalidade	213
13.2. Solicitantes da inclusão no programa	213
13.3. Duração da proteção	213
13.4. Desligamento da proteção.....	213
14. Entidades de Atendimento	214
14.1. Conceito e espécies	214
14.2. Fiscalização das entidades.....	215
14.3. Inscrição dos programas	216
14.4. Registro das entidades não governamentais	217
14.5. Registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional	218

14.6. Princípios regedores das entidades de acolhimento familiar ou institucional	219
14.7. Acolhimento excepcional de criança e adolescente sem prévia ordem judicial	220
14.8. Deveres das entidades que desenvolvem programas de internação	220
15. Resumo	221
16. Questões	222

CAPÍTULO 7

MEDIDAS DE PROTEÇÃO E MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL

233

1. Conceito	233
2. Competência para Aplicabilidade	234
3. Procedimento para Aplicação das Medidas de Proteção	235
4. Princípios Regedores das Medidas Protetivas	235
5. Medida Protetiva de Acolhimento	235
5.1. Observações preliminares	235
5.2. Medida protetiva de acolhimento familiar	236
5.3. Medida protetiva de acolhimento institucional	237
5.4. Prazo máximo de duração e reavaliação	238
6. Proteção de Vítimas de Violência ou Abuso Sexual	238
6.1. Afastamento do agressor da moradia comum	238
6.2. Fixação provisória dos alimentos	241
7. Procedimento para a Inserção em Acolhimento	241
7.1. Observações preliminares	241
7.2. Ordem judicial de acolhimento	242
7.3. Guia de acolhimento	243
7.4. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)	243
7.5. Procedimento de execução de medida protetiva de acolhimento	244
7.6. Atuação do Ministério Público na execução da medida protetiva de acolhimento	246
7.7. Ações decorrentes do acolhimento	247
8. Regularização do Registro Civil	247
9. Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável	249

9.1. Definição	249
9.2. Classificação.....	249
9.3. Atribuição para aplicação	250
10. Resumo.....	250
11. Questões	251

CAPÍTULO 8

CONSELHO TUTELAR	259
1. Conselho Tutelar como Órgão Municipal	259
2. Os Conselheiros Tutelares como Agentes Públicos.....	260
3. A Escolha dos Conselheiros Tutelares	261
4. Afastamento do Convívio Familiar	262
5. Atribuições dos Conselhos Tutelares	262
5.1. Observações preliminares	262
5.2. Rol das atribuições.....	263
6. Resumo.....	266
7. Questões	268

CAPÍTULO 9

ATO INFRACIONAL	273
1. Conceito de ato infracional	273
2. Ato Infracional Praticado por Criança	274
3. Ato Infracional Praticado por Adolescente.....	275
4. O filho adolescente de embaixador pode ser beneficiado pela imunidade diplomática e não estar sujeito à ação socioeducativa?.....	275
5. Admite-se o deferimento de extradição de adolescente brasileiro, que esteja no Brasil, e que tenha praticado ato ilícito em outro país?	276
6. Direitos Individuais.....	277
6.1. Privação de liberdade	277
6.2. Apreensão	277
6.3. Internação provisória	277
6.4. Identificação do adolescente.....	278
6.5. Seria possível o armazenamento de dados de adolescentes em banco de perfis genéticos, gerenciado por unidade oficial de perícia criminal?	279

6.6.	A prática do ato infracional como elemento caracterizador de dedicação do agente a atividades criminosas	280
7.	Garantias Processuais	281
7.1.	Garantia geral	281
7.2.	Garantias específicas	281
8.	Resumo.....	282

CAPÍTULO 10

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	285
1. Aspectos Gerais	285
1.1. Medidas socioeducativas em espécie.....	285
1.2. Conceito.....	285
1.3. Aplicabilidade excepcional do estatuto aos jovens de 18 a 21 anos.....	287
1.4. Juízo de ponderação para a aplicação das medidas socioeducativas	289
1.5. Cumulação de medidas socioeducativas	290
1.6. Ordem de gravidade das medidas socioeducativas	290
1.7. Substituição das medidas socioeducativas.....	291
1.8. Classificação das medidas socioeducativas	291
1.9. Prescrição das medidas socioeducativas	292
1.10. Direitos individuais do adolescente submetido a medida socioeducativa ...	294
2. Medida Socioeducativa de Advertência.....	295
2.1. Definição.....	295
2.2. Requisito formal	296
2.3. Execução automática.....	296
3. Medida Socioeducativa de Obrigação de Reparar o Dano.....	296
3.1. Definição	296
3.2. Não formação de título executivo para fins de ressarcimento.....	296
3.3. Gestão da medida socioeducativa	297
4. Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade.....	297
4.1. Definição	297
4.2. Tempo de duração	297
4.3. Gestão da medida	298
4.4. Execução da medida socioeducativa	298
5. Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida	298

5.1.	Definição	298
5.2.	Prazo.....	299
5.3.	Gestão da medida	299
5.4.	Execução da medida socioeducativa	300
6.	Medida Socioeducativa de Semiliberdade	300
6.1.	Definição	300
6.2.	Prazo.....	300
6.3.	Justificativa de imposição da semiliberdade	300
6.4.	Gestão da medida	301
6.5.	Atividades externas.....	301
6.6.	Princípio da incompletude institucional.....	302
6.7.	Execução da medida socioeducativa	302
7.	Medida Socioeducativa de Internação.....	302
7.1.	Definição	302
7.2.	Modalidades	302
7.3.	Internação sem prazo determinado.....	302
7.4.	Internação-sanção ou com prazo determinado	304
7.5.	Direitos às visitas e às visitas íntimas	305
7.6.	Gestão da medida	305
7.7.	Atividades externas.....	305
7.8.	Liberação compulsória	306
8.	Medidas Socioeducativas Impróprias	306
9.	Execução das Medidas Socioeducativas.....	306
9.1.	Obrigatoriedade da instauração da execução	306
9.2.	Princípios que regem a execução	307
9.3.	Intervenção da Defesa e do Ministério Público.....	307
9.4.	Princípio da individualidade	308
9.5.	Guia de execução de medida socioeducativa.....	308
9.6.	Plano individual de atendimento	310
9.7.	Reavaliação das medidas socioeducativas	311
9.8.	Unificação de medidas socioeducativas.....	314
9.9.	Extinção das medidas socioeducativas	315

10. Resumo.....	316
11. Questões	318

CAPÍTULO 11

ACESSO À JUSTIÇA.....	327
1. O Princípio do Acesso à Justiça	327
2. A Justiça Restaurativa.....	328
3. O Acesso à Justiça e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing.....	329
4. Garantia de Acesso à Justiça no Estatuto	330
5. Assistência Judiciária Gratuita	331
6. Representação e Assistência como forma de integração da capacidade processual.	331
7. Atos Socialmente Típicos Praticados por Crianças	333
8. Os incapazes podem responder civilmente por danos causados?.....	333
9. Vedação de divulgação de atos relativos a crianças e adolescentes acusados da prática de ato infracional.....	333
10. A Competência para as ações relacionadas à infância e à juventude.....	334
10.1. A competência da Justiça do Trabalho	334
10.2. A competência da Justiça Federal	335
10.3. Competência da Vara da Infância e da Juventude.....	335
10.3.1. Primeira Vara de Menores do Brasil.....	335
10.3.2. Criação das varas da infância e da juventude no âmbito estadual	337
10.3.3. Competência exclusiva	338
10.3.4. Competência concorrente.....	340
10.3.5. Competência da Vara da Infância e da Juventude para decidir sobre autorização para viagem ao exterior	342
10.4. Portarias e alvarás	343
10.4.1. Observações prévias.....	343
10.4.2. As portarias	343
10.4.3. Alvarás.....	344
10.5. Competência territorial.....	344
10.5.1. Princípio do juízo imediato	344
10.5.2. A determinação da competência	345
11. Dos Serviços Auxiliares.....	346

12. Resumo.....	347
13. Questões	348

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS	353
1. Procedimentos Processuais Típicos e Atípicos	353
2. Aplicação Subsidiária da Legislação Processual Pertinente.....	354
3. Aplicabilidade das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil aos Procedimentos do Estatuto	355
3.1. Fundamento constitucional das normas fundamentais do direito processual civil.....	355
3.2. As espécies de normas fundamentais: princípios e regras jurídicas	356
3.3. Princípio da prioridade absoluta e a tramitação dos procedimentos	357
3.4. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	358
3.5. Princípio da fundamentação analítica.....	359
4. Regra Específica para a Contagem de Prazos	361
5. Destino das multas aplicadas nos procedimentos.....	361
6. Intervenção de Terceiros.....	363
7. Procedimento de Perda e da Suspensão do Poder Familiar	364
7.1. Hipóteses de perda e suspensão do poder familiar	364
7.2. Competência	366
7.3. Legitimidade para a propositura da ação	367
7.4. Requisitos da petição inicial	368
7.5. Tutela provisória de urgência.....	368
7.6. Estudo social e perícia	368
7.7. Intervenção de outros órgãos.....	369
7.8. Citação e prazo para resposta	370
7.9. Resposta do requerido.....	371
7.10. Oitiva da criança e do adolescente.....	372
7.11. Sentença	372
8. Procedimento de Destituição de Tutela	372
8.1. A destituição da tutela.....	372
8.2. Procedimento para remoção de tutor	372
8.3. Tutela provisória	373

8.4. Prestação de contas	373
9. Procedimento de Colocação em Família Substituta	373
9.1. Modalidades de família substituta	373
9.2. Competência da Vara da Infância e da Juventude	375
9.3. Petição inicial	375
9.4. Caso de dispensa da intervenção de advogado	376
9.5. Concordância dos genitores	376
9.6. Estudo social ou perícia	376
9.7. Cumulação de pedidos	376
10. Procedimento de Apuração do Ato Infracional	377
10.1. Ação socioeducativa	377
10.2. Excepcionalidade do procedimento e a justiça restaurativa	377
10.3. Sistema de nulidades processuais	380
10.4. Apreensão do adolescente	381
10.5. Providências pela autoridade policial	382
10.6. Liberação do adolescente	382
10.7. Encaminhamento ao Ministério Público	382
10.8. Oitiva informal pelo Ministério Público	383
10.9. Arquivamento	383
10.10. Remissão	384
10.11. Representação	386
10.12. Despacho inicial	387
10.13. Internação provisória	388
10.14. Audiência de instrução e oitiva do adolescente	389
10.14.1. Observação prévia relevante – o momento da oitiva do adolescente ...	389
10.14.2. A oitiva do adolescente infrator	389
10.14.3. Audiência de instrução	391
10.14.4. Defesa técnica por advogado	392
10.14.5. Sentença	392
10.15. Intimação do adolescente	393
11. Procedimento de Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente	394
11.1. Competência	394
11.2. Controle judicial	394

11.3. Ronda Virtual	394
12. Procedimento de Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento	395
12.1. Entidades de atendimento.....	395
12.2. Iniciativa.....	395
12.3. Tutela provisória	395
12.4. Citação e resposta	396
12.5. Remoção das irregularidades	396
12.6. Sentença	396
13. Do Procedimento de Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente	396
13.1. Infrações administrativas.....	396
13.2. Competência	396
13.3. Iniciativa.....	396
13.4. Citação e resposta	397
13.5. Produção de provas	397
13.6. Sentença	397
14. Do Procedimento de Habilitação de Pretendentes à Adoção.....	397
14.1. Inscrição de pretendente à adoção	397
14.2. Competência	398
14.3. Iniciativa.....	398
14.4. Habilitação	401
14.5. Exclusão dos cadastros de adoção	401
14.6. Prazo máximo de conclusão do procedimento.....	402
14.7. Da inscrição no “cadastro” à conclusão da adoção	402
14.8. Sistema nacional de adoção e acolhimento	403
14.9. Conhecimento da origem biológica.....	404
15. Resumo.....	405
16. Questões	407

CAPÍTULO 13

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS..... 421

1. Os Recursos no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	421
2. Adaptações previstas no art. 198.....	424
2.1. Linhas gerais	424

2.2.	Isenção do preparo recursal	424
2.3.	Prazos	425
2.4.	Juízo de retratação na apelação e no agravo de instrumento.....	425
2.5.	Preferência de julgamento e dispensa de revisor.....	426
2.6.	Efeitos da apelação	426
2.7.	Complementação do número de julgadores	428
2.8.	O recurso especial e a relevância da questão de direito federal infraconstitucional	428
2.8.1.	Alteração promovida pela EC 125/2022.....	428
2.8.2.	Será exigida a comprovação da relevância da questão federal em matéria de infância e juventude?	429
3.	Resumo.....	429
4.	Questões	430

CAPÍTULO 14

ADVOCACIA, DEFENSORIA PÚBLICA E MINISTÉRIO PÚBLICO	435
1. Advocacia.....	435
2. Defensoria Pública	435
3. Ministério Público	436
3.1. Rol exemplificativo das atribuições.....	436
3.2. Intervenção do Ministério Público	438
3.3. Carta de constituição de estratégias em defesa da proteção integral da criança e do adolescente	438
3.4. Inspeção em entidades de atendimento socioeducativo em meio aberto ...	439
4. Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos	440
4.1. Hipóteses de ações civis públicas	440
4.2. Competência	441
4.3. Legitimidade.....	442
4.4. Termo de ajustamento de conduta	443
4.5. Reversão dos valores ao Fundo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	443
4.6. Inquérito civil	443
5. Mandado de Segurança	444
6. Resumo.....	447
7. Questões	448

CAPÍTULO 15

CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	451
1. Sistema de Responsabilização	451
2. Dos Crimes	451
2.1. Sujeito passivo dos crimes tipificados no estatuto	451
2.2. Ação penal pública incondicionada	452
2.3. Competência para o julgamento	454
2.4. Acordo de não persecução penal.....	454
2.5. Efeitos da sentença penal condenatória: particularidades do estatuto.....	456
2.6. Objeto jurídico dos delitos.....	460
2.7. Crimes hediondos	460
2.8. Vedações em relação à pena.....	461
2.9. Tipos penais em espécie	461
3. Infrações Administrativas	473
3.1. Conceito.....	473
3.2. Prescrição.....	473
3.3. Sanção	474
3.4. Infrações administrativas em espécie	475
4. Resumo	483
5. Questões	484
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 491